



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/01/2016

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COORDENADORIA DE PRECATÓRIO.....	1
1.2. PROJETO COMEÇAR DE NOVO.....	2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. COORDENADORIA DE PRECATÓRIO.....	3 - 4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. COORDENADORIA DE PRECATÓRIO.....	5
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. PROJETO COMEÇAR DE NOVO.....	6
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. COORDENADORIA DE PRECATÓRIO.....	7
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. COORDENADORIA DE PRECATÓRIO.....	8
6.2. JUÍZES.....	9
6.3. PRESIDÊNCIA.....	10
6.4. PROJETO COMEÇAR DE NOVO.....	11

Cálculos de precatórios no TJMA serão feitos por sistema eletrônico

A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está fazendo o cadastramento de cerca de oito mil processos no Sistema de Atualização de Cálculo de Precatórios, ferramenta cedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e que realiza a atualização eletrônica dos valores e ordem de pagamento dos processos de precatório.

Com o uso do novo sistema, o procedimento ficará mais ágil, transparente e objetivo, resultando na atualização automática e em tempo real dos cálculos.

Entre outras facilidades, o sistema atualiza, instantaneamente, os valores e a ordem cronológica de pagamento. A lista ficará disponível no site da instituição e pode ser consultada tanto pelos devedores, como credores.

A tecnologia, que traduz os cálculos com maior agilidade e transparência para o cliente externo – advogado, parte ou ente devedor – inclui os códigos-fonte, assistência técnica gratuita, além de capacitar os técnicos do TJMA quanto à manutenção e operacionalização das ferramentas.

Convênio garante vagas de trabalho para internos do sistema prisional

O Programa Começar de Novo – regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e desenvolvido no Estado pela Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (TJMA) garante vagas de trabalho para internos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas que cumprem pena em regime fechado.

O projeto resulta de uma parceria entre o Poder Judiciário, a empresa Inova Ambientes e a Secretaria de Estado de Administração Peni-

tenciária (Sejap), que faz a seleção dos internos e oferece as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades profissionais.

A documentação básica necessária para que os apenados ocupem as vagas disponibilizadas é providenciada pela Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA. O órgão também é responsável pelo acompanhamento, junto a Supervisão de Trabalho e Renda da Sejap, do número de vagas oferecidas pela empresa e

seu melhor preenchimento.

Na execução do projeto, os internos que cumprem pena em regime fechado passam por seleção rigorosa, e a cada mês trabalhado recebem suas remunerações de forma justa. A meta agora é expandir a oferta de trabalho e renda para todos os regimes, desde que o interno atenda aos pré-requisitos exigidos na legislação.

Os presos cumprem jornada de trabalho de seis a oito horas diárias e recebem 3/4 do salário

mínimo vigente por mês, quantia que é depositada em conta bancária regulamentada pela Sejap.

A participação das empresas e outras instituições na abertura de vagas para inserção dos internos e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho está prevista na Lei de Execução Penal (LEP) como forma de remissão da pena. Além disso, promove a profissionalização e a reintegração social daqueles que precisam de uma segunda chance.

**Cálculos de
precatórios no
TJMA serão
feitos por sistema
eletrônico**

PÁGINA 3

Cálculos de precatórios no TJMA serão feitos por sistema eletrônico

A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está fazendo o cadastramento de cerca de oito mil processos no Sistema de Atualização de Cálculo de Precatórios, ferramenta cedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC)

e que realiza a atualização eletrônica dos valores e ordem de pagamento dos processos de precatório.

Com o uso do novo sistema, o procedimento ficará mais ágil, transparente e objetivo, resultando na atualização automática e em tempo real dos cálculos.

Entre outras facilidades, o sistema atualiza, instantaneamente, os valores e a ordem cronológica de pagamento. A lista ficará disponível no site da instituição e pode ser consultada tanto pelos devedores, como credores.

A tecnologia, que traduz

os cálculos com maior agilidade e transparência para o cliente externo – advogado, parte ou ente devedor – inclui os códigos-fonte, assistência técnica gratuita, além de capacitar os técnicos do TJMA quanto à manutenção e operacionalização das ferramentas.

Cálculo de Precatórios

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio de sua Coordenadoria de Precatórios, está fazendo o cadastramento de cerca de oito mil processos no Sistema de Atualização de Cálculo de Precatórios, ferramenta cedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e que realiza a atualização eletrônica dos valores e ordem de pagamento dos processos de precatório.

Com o uso do novo sistema, o procedimento ficará mais ágil, transparente e objetivo, resultando na atualização automática e em tempo real dos cálculos.

Entre outras facilidades, o sistema atualiza, instantaneamente, os valores e a ordem cronológica de pagamento. A lista ficará disponível no site da instituição e pode ser consultada tanto pelos devedores, como credores.

• Oportunidade



Os internos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas que cumprem pena em regime fechado têm a oportunidade de ingressar no mercado profissional. As vagas de trabalho são garantidas por meio do programa Começar de Novo - regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e desenvolvido no Estado pela Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (TJ-MA). O projeto resulta de uma parceria entre o Poder Judiciário, a empresa Inova Ambientes e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Sejap), que faz a seleção dos internos e oferece as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades profissionais.

• Documentação

A documentação básica necessária para que os apenados ocupem as vagas disponibilizadas é providenciada pela Unidade de Monitoramento Carcerário do TJ-MA. O órgão também é responsável pelo acompanhamento, junto a Supervisão de Trabalho e Renda da Sejap, do número de vagas oferecidas pela empresa e seu melhor preenchimento. Na execução do projeto, os internos que cumprem pena em regime fechado passam por seleção rigorosa, e a cada mês trabalhado recebem suas remunerações de forma justa. A meta, agora, é expandir a oferta de trabalho e renda para todos os regimes, desde que o interno atenda aos pré-requisitos exigidos na legislação.

• Jornada de trabalho

Os presos cumprem jornada de trabalho de seis a oito horas diárias e recebem 3/4 do salário mínimo vigente por mês, quantia que é depositada em conta bancária regulamentada pela Sejap. A participação das empresas e outras instituições na abertura de vagas para inserção dos internos e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho está prevista na Lei de Execução Penal (LEP) como forma de remissão da pena. Além disso, promove a profissionalização e a reintegração social daqueles que precisam de uma segunda chance.

Cálculos de precatórios no TJ serão feitos por sistema eletrônico

A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está fazendo o cadastramento de cerca de oito mil processos no Sistema de Atualização de Cálculo de Precatórios, ferramenta cedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e que realiza a atualização eletrônica dos valores e ordem de pagamento dos processos de precatório.

Com o uso do novo sistema, o procedimento ficará mais ágil, transparente e objetivo, resultando na atualização automática e em tempo real dos cálculos.

Entre outras facilidades, o sistema atualiza, instantanea-

mente, os valores e a ordem cronológica de pagamento. A lista ficará disponível no site da instituição e pode ser consultada tanto pelos devedores, como credores.

A tecnologia, que traduz os cálculos com maior agilidade e transparência para o cliente externo – advogado, parte ou ente devedor – inclui os códigos-fonte, assistência técnica gratuita, além de capacitar os técnicos do TJMA quanto à manutenção e operacionalização das ferramentas.

- A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está fazendo o cadastramento de cerca de oito mil processos no Sistema de Atualização de Cálculo de Precatórios, ferramenta cedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e que realiza a atualização eletrônica dos valores e ordem de pagamento dos processos de precatório.
- O sistema atualiza, instantaneamente, os valores e a ordem cronológica de pagamento. A lista ficará disponível no site da instituição e pode ser consultada tanto pelos devedores, como credores.
- A tecnologia, que traduz os cálculos com maior agilidade e transparência para o cliente externo – advogado, parte ou ente devedor – inclui os códigos-fonte, assistência técnica gratuita, além de capacitar os técnicos do TJMA quanto à manutenção e operacionalização das ferramentas.

IMPERATRIZ

Decisão judicial deixa eleição da Airt indefinida

Suspensa pela Justiça, em caráter liminar, a eleição da diretoria da Associação de Imprensa da Região Tocantina (Airt) ganhou contornos inimagináveis até pouco tempo, como é o caso de interpretações diferentes da mesma decisão judicial e a falta de definição do novo pleito.

O imbróglio começou na segunda-feira (4), véspera da eleição, quando foi julgada uma Ação Civil, com pedido de liminar, movida pelo então candidato da chapa 3, Josué Almeida Moura, que suspendeu a votação.

A juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho (2ª Vara Civil) concedeu a liminar ao entender que houve irregularidade no edital de

convocação que previa, no dia da eleição, uma urna itinerante, na sede provisória da Airt, e em diversos canais de TV, rádio e jornal, com duração máxima de 30 minutos, no horário das 8h às 12h. No entendimento da Justiça, o estatuto da Airt estabelece que a eleição da diretoria e do Conselho Fiscal só pode ser realizada na sede da entidade ou em lugar determinado com antecedência mínima de 30 dias. Assim, houve a suspensão do pleito até que seja julgado o processo.

Diante dessa situação, o então presidente da chapa 3 e autor da ação, Josué Moura, vem fazendo uma peregrinação pelos meios de comunicação da cidade, onde

recolhe assinaturas que, segundo ele, vão legitimar a convocação de uma assembleia geral para eleger uma Junta Governativa Provisória. Moura disse que a decisão judicial não só suspendeu a eleição como as chapas e deixou a entidade sem diretoria.

“A Airt está acéfala e a orientação jurídica é que qualquer sócio, baseado nas assinaturas de 20% dessa lista, pode fazer assembleia, que pode ser com 50% na primeira chamada e qualquer número na segunda chamada para criar uma Junta Provisória”, defendeu Moura.

Pela proposta defendida por Moura, seriam escolhidos o presidente, o secretário e o tesoureiro, sendo que o próximo passo seria a realização de um novo recadastramento e a marcação de nova data da eleição.

A blogueira e candidata da chapa 1, Kelly Queiroz tem outro entendimento sobre a eleição da Airt após a liminar expedida pela

Justiça.

Para Kelly, a decisão judicial suspendeu apenas a eleição, mas não acabou com as chapas.

“Então para nós o processo continua normalmente, só estamos esperando a decisão judicial. Quanto à situação de formar uma junta na qual Josué Moura está pegando assinatura, os integrantes de nossa chapa combinaram que não iríamos assinar até porque não sabemos qual será o direcionamento da Airt judicialmente”, justificou.

A candidata acrescentou que a juíza notificou a Airt, que deverá responder, e só a partir da resposta da entidade é que será possível saber como ficará o pleito eleitoral.

O candidato a vice-presidente na chapa 2, Raimundo Silva de Mesquita, o Pastor Mesquita Silva, disse que seu grupo optou por não se manifestar sobre essa nova situação em torno da eleição da diretoria da Airt. *(Com portais)*

Thiago Diaz assume presidência da OAB-MA em concorrida solenidade

Divulgação



O advogado Thiago Diaz tomou posse, ontem, à noite, como novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, no Maranhão, em concorrida sessão solene no auditório Darcy Ribeiro, do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana. O governador interino, Carlos Brandão, foi representado pelo secretário de Transparência e Controle, advogado Rodrigo Lago. O evento contou ainda, entre outras

autoridades, com a presença do presidente nacional da OAB, Marcos Vinícius Furtado Coelho; presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha; do Tribunal Regional Eleitoral, Lourival Serejo; do representante da Assembléia Legislativa, deputado Roberto Costa; presidente do TRT-MA, James Magno Araújo, deputado federal João Castelo e secretário Simplicio Araújo (Indústria e Comércio).

Convênio garante vagas de trabalho para internos do sistema prisional

O Programa Começar de Novo – regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e desenvolvido no Estado pela Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (TJMA) garante vagas de trabalho para internos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas que cumprem pena em regime fechado. O projeto resulta de uma parceria entre o Poder Judiciário, a empresa Inova Ambientes e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Sejap), que faz a seleção dos internos e oferece as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades

profissionais.

A documentação básica necessária para que os apenados ocupem as vagas disponibilizadas é providenciada pela Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA. O órgão também é responsável pelo acompanhamento, junto a Supervisão de Trabalho e Renda da Sejap, do número de vagas oferecidas pela empresa e seu melhor preenchimento.

Na execução do projeto, os internos que cumprem pena em regime fechado passam por seleção rigorosa, e a cada mês trabalhado recebem suas remunerações



de forma justa. A meta agora é expandir a oferta de trabalho e renda para todos os regimes, desde que o interno atenda aos pré-requisitos exigidos na legislação.

Os presos cumprem jornada de trabalho de seis a oito horas diárias e recebem 3/4 do salário mínimo vigente por mês, quantia que é depositada em conta bancária regulamentada pela Sejap.

A participação das empresas e outras instituições, na abertura de vagas para inserção dos internos e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho, está prevista na Lei de Execução Penal (LEP) como forma de remissão da pena. Além disso, promove a profissionalização e a reintegração social daqueles que precisam de uma segunda chance.